

## Acta N.º 55º

Aos quinze e um dias do mês de Março, do ano de dois mil e sete, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária e em segunda convocatória, a Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Anquim no respectivo salão nobre e com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura e votação da acta da reunião anterior;
  2. Análise e votação do relatório de actividades e contas do ano de dois mil e sete;
  3. Discussão e votação da proposta de cedência/constituição do direito de superfície do Teatro Alves Cealho à Câmara Municipal de Anquim, pelo período de cinquenta anos, com a responsabilidade desta proceder à realização das obras necessárias à recuperação do imóvel;
  4. Análise e votação da proposta de aumento do capital social da Santa Casa da Misericórdia na alíquota - linha financeira de Anquim, d.a.
  5. Outros Assuntos de interesse para a Misericórdia;
- O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Sr. Armando Lima Cerme, acompanhado do Primeiro Secretário, Sr. António Carvalho, deu início aos trabalhos, cumprimentando os membros das restantes Divisões Sociais, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal, e saudando as Famílias presentes, passando de imediato ao primeiro ponto da ordem de trabalhos.

1132

Quanto ao Primeiro Ponto da ordem de trabalhos, "Leitura e votação da acta da reunião anterior", o Presidente da Mesa propôs a dispensa da leitura da acta, uma vez que a mesma tinha sido, previamente, disponibilizada aos Juntos.

Foi à proposta apresentada a Assembleia Geral votou, por unanimidade, a dispensa da leitura do referido documento, tendo de imediato sido colocada a votação pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

A Acta foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral, passando-se de seguida ao ponto dois.

No que concerne ao Ponto dois da ordem de trabalhos "Análise e discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas do ano de dois mil e sete", foi dada a palavra ao Provedor da Santa Casa, Prof. José Dias Coimbra, o qual deu início à sua intervenção fazendo alusão à recente homenagem realizada na Praça da Misericórdia ao Juntão Ramão Castanheira Jaze.

O Provedor da Misericórdia, Prof. José Dias Coimbra, agradeceu a colaboração de todos os trabalhadores da Instituição, sem os quais não teria sido possível uma festa "tão bonita" no passado dia vinte e oito de Março.

Realizou ainda, o encargo da equipa técnica da Instituição, monitores e animadores, que organizaram o desfile das crianças do Centro de Actividades e tempos livres,



20

sem como, de ideias das saliências de sua e centro de dia,  
que, deste modo, contribuíram para o sucesso da cerimônia  
que se pretendeu simples mas com intenso simbolismo.  
Refere ainda, a importância e papel dos vários departamentos  
da Santa Casa que contribuíram, com base num espírito  
de equipa, para uma adequada organização dos aspetos e da  
logística.

Foi também, o empenho e dedicação que o Resúio  
Brandão colocou nesta iniciativa, sendo o arquiteto  
da discrição e embelezamento dos aspetos da Mesa Arzobispa  
para o efeito. Acrescentou ainda, na pessoa do Resúio Brandão,  
o agradecimento de apreço dado pela Mesa Administrativa a  
esta iniciativa, que pretendeu recordar o misto de humilde feje.

Após os agradecimentos apresentados, o Provedor da  
Misericórdia, dirigiu palavras de afeto à família do Irmão  
Recordado que espera fortemente ficada sensibilizada por este  
gesto despendido, mas sentido, por todo o apreço e colaboração  
que Rómulo Castanheira feje deu à manutenção da Mesa,  
que se espera continue a servir a Comunidade, contando  
para esse efeito com a colaboração da Câmara Municipal,  
no âmbito de candidaturas a apresentar no IV Encontro  
Comunitário para a requalificação e valorização ambiental da  
Mesa.

De seguida o Provedor da Misericórdia, Prof. José Dias Corimbo,  
solicitou ao Director Geral da Instituição, Dr. Vasco Gomes, que

dense início à apresentação do Relatório de Actividades e Contas.

No uso da palavra a Directora Geral, Dr. Nuno Gomes, referiu que no ano transacto e em relação ao dar, integrado no Complexo Social, as finalidades assentaram nos seguintes aspectos:

- a) Estabilização da frequência de utentes nesta esfera social;
- b) Aprovação do projecto de remodelação das espaços do Centro Distrital de Segurança Social do Coimbra;
- c) Aplicação de um modelo contractual de serviços, atento às restantes valências do complexo social, a saber: Domilicário e Centro de Dia, a Instituição conseguiu:

- a) Reforçar os serviços com a integração de serviços-mais da área da saúde;
- b) Aumentar os níveis de frequência nos serviços sociais enumerados;
- c) Aplicar modelo contractual de serviços;

Neste ponto o Provedor da Instituição interveio, referindo que para este crescimento contratou o apoio dobo durante as vinte e quatro horas, graças ao centro de Atendimento Permanente.

No que concerne ao Centro de Actividades e tempos livres, sem como das Actividades de Envolvimento Curricular, integradas no âmbito do funcionamento



do complexo social, destaca-se a celebração de novo acordo de cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra - Pontas e interfaces lectivas e a manutenção das actividades de Envelhecimento Curricular em colaboração com a Câmara Municipal de Arganil.

Quanto as actividades lúdicas desenvolvidas no complexo social, estas foram distintas variadas e estenderam-se por todo o ano.

Neste contexto realizaram-se iniciativas como:

- Desfolhada;
- Actividades de informática;
- Biblioteca;
- Comemoração de dias temáticos (dia da cinza, do Pei, da Mulher, etc.);
- Participação no Arganil Jardim;
- Teatro;
- Educação física;
- Comemoração dos aniversários;
- Passeios, etc.

No que diz respeito ao complexo Hospitalar destaca-se a entrada em funcionamento do Hospital de Fernando Valle - Unidade de cuidados Continuados.

Esta unidade ficou dotada de vinte e quatro camas, das quais doze delas estão integradas na tipologia de

Unidade de Diagnóstico e Reabilitação e as restantes doze camas integram a filiação do Serviço de Diagnóstico e Manutenção.

Há a destacar ainda, que o início e entrada em funcionamento da unidade verificou-se no dia dezassis de julho, tendo, posteriormente, sido assinados os acordos de cooperação com a Administração Regional de Saúde do Centro e o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra.

Também no decorrer do ano transacto a equipa técnica da unidade de cuidados continuados participou num seminário sobre a reforma temática, tendo ganho um prémio pelo trabalho então apresentado.

A abertura da unidade potencializou ainda, o funcionamento da Clínica de Reabilitação - UGIASUS, uma vez que esta entidade alargou o seu leque de prestação de serviços.

No que concerne ao espaço designado do Hospital Cerebral das Camas este mantém a sua utilização pelos serviços públicos aí instalados, designadamente a componente de internamento do Centro de Saúde de Argemil.

Em relação ao complexo cultural e Desportivo o ano ficou marcado pela homenagem ao escritor régio Teófilo que, durante vários anos, desempenhou funções na Misericórdia, enquanto médico - Dr. Adolfo Rocha.

A referida homenagem contou, para além da intensa participação da comunidade organizativa, designadamente



dos lugares e frequências instaladas na obra do referido escritor, com as mais altas individualidades do Distrito de Coimbra, no âmbito da Cultura e da Solidiedade. As comemorações do Centenário ao escritor Miguel Torga revelaram-se pois, um sucesso na história da Santa Casa que, certamente, não será esquecida farranha participação e entusiasmo da Comunidade. Ainda no âmbito das comemorações do centenário foi deserrada uma placa junto ao equipamento do edifício do Dr. João Rocha, antes da sua morte, a esta instituição e que se encontra no edifício utilizado pelo Centro de Saúde e Festança da Misericórdia de Arganil.

Também no âmbito do complexo Cultural e Desporto o ano de dois mil e sete ficou marcado pelas diligências encetadas junto da Câmara Municipal de Arganil, visando a recuperação do teatro Rives Coelho.

Neste contexto foram realizadas várias reuniões de trabalho por forma a dar cumprimento ao Plano de Actividades delineado e aprovado pela Assembleia Geral.

Não tendo sido possível um entendimento sobre esta matéria, o acordo ficou mais próximo.

Neste ponto o Provedor da Misericórdia, Prof. José Dias Corimbo, interveio para referir que os contactos estabelecidos implicam a participação dos representantes da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, com o intuito de serem sempre

acutelados os interesses da Santa casa, mas também de respeito pelo valor dos doadores do edifício do teatro Alves Coelho.

Dando continuidade à apresentação do Relatório de Actividades o Director Geral, Sr. Álvaro Gomes, referiu que em relação à mata e jardins procedeu-se:

- Reflorestação;
- colocação de Placas identificativas de espécies;
- limpeza de caminhos e azenas;
- manutenção de vedações.

Para tal o contributo das empresas de inserção foi fundamental.

Quanto ao Património Religioso, a Instituição promoveu com a manutenção das zonas e espaços religiosos.

No que diz respeito a outras ações destaca-se ainda o Projeto "Revitalizar um território rural - processo etnológico", que continuou a apoiar os mais vulneráveis do concelho.

Após este período, não só foi feita recuperação de habitações degradadas e aquisição e entrega de materiais e equipamento, mas também pelo apoio vinte e quatro horas, por meio do centro de Atendimento Permanente.

As parcerias e participação ao nível do Projeto de Desenvolvimento Integrado de Apoio Social, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em risco, mantiveram-se em colaboração com a Câmara Municipal e



outras instituições de solidariedade.

Não foram descuradas as parcerias com outras entidades como a Fundação de Arqueologia Portuguesa, a Confederação Gastronómica do Zécho, o Agrupamento de Escolas e as Juntas de Freguesia, neste caso através, entre outros aspectos, da utilização das piscinas da Misericórdia.

Foi ainda celebrado protocolo com o APPACDM - MygumL. A Santa casa mantém ainda, uma participação activa e dinamizadora do Secretariado Regional de Coimbra, apresentando trabalhos vários e propostas junto do secretariado Nacional da União das Misericórdias.

Quanto às contas o ano de dois mil e sete encerra com um total de custos e despesas de dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, duzentos e setenta e seis euros e doze cêntimos (2.363.276,12€).

Em relação aos proventos e ganhos o ano transacto apresentou um total de dois milhões, quinhenta e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos (2.545.276,68€).

Analisados os saldos em causa verifica-se que o resultado foi positivo, atingindo-se o resultado líquido de cento e oitenta e dois mil euros e cinquenta e seis cêntimos (182.000,56€).

Importa referir que para tal contribuíram as receitas extraordinárias decorrentes da venda de um imóvel,

Provisamente autorizados pela Assembleia Geral e cujo resultado permitiu a redução do empréstimo contratado junto da Banca para as obras referentes à unidade de Cuidados Continuados - De Fernando Valle, sem amo das despesas inerentes à contratação do referido empréstimo.

Aproveitando a sequência da apresentação de contas o Presidente da Assembleia Geral, solicitou a leitura do Parecer do Conselho Fiscal que se me a ser transcrito

### Parecer do Conselho Fiscal

A fim de dar cumprimento ao estatuto na alínea f) do artigo 50º do Regulamento da Santa Casa de Misericórdia de Magalhães, reunido no passado dia 19 de Março, pelas dezasseis horas (19H.), na sala de reuniões desta Misericórdia o respectivo Conselho Fiscal, tendo como propósito analisar e emitir parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas referente ao ano de dois mil e sete (2007).

Dessa análise há a referir que o total de custos e perdas foi de dois milhões trezentos e sessenta e três mil, duzentos e setenta e seis euros e doze centavos (2.363.276,12€), enquanto que os proventos e ganhos perfizeram dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, duzentos e setenta e seis euros e oito centavos (2.545.276,08€).

Ponderados o total de custos e perdas e os proventos e ganhos, verifica-se que o resultado líquido do exercício



foi de cento e oitenta e dois mil euros e cinqüenta e seis centimos (182.000,56€), para o qual contribuiu a venda, previamente autorizada pela Assembleia Geral, de um imóvel em situação de depreciação e em fase de depreciação.

Quanto à execução das despesas, tendo como referência o orçamento aprovado para o ano de dois mil e sete, esta foi superior em um sigüela oitenta e sete por cento (1,87%) enquanto que as provistas cresceram, comparativamente, nove sigüela sessenta e quatro por cento (9,64%), sendo que neste último caso o crescimento das receitas foi suficiente para fazer face ao crescimento do volume das gastes, ao mesmo tempo que garantiu um resultado líquido positivo.

Reconhece-se que as gastes com pessoal, inscritas na conta sessenta e quatro (64), representam quarenta e nove sigüela sessenta e nove por cento (49,69%) do total, correspondendo no entanto a uma diminuição, face ao orçamento aprovado, de seis sigüela quarenta e cinco por cento (6,45%). Esta diminuição é explicada pela racionalização e rentabilização dos recursos humanos, assim como pela diminuição, em algumas valências, do número de trabalhadores.

De destacar a entidade em funcionamento do Hospital de Fernando Valle, que se veio a repercutir no relatório, contribuindo quer para as despesas quer para as provistas, neste último caso graças aos acordos estabelecidos com as entidades dos sectores da Saúde e Segurança

Social.

Recantase-se ainda o esforço desenvolvido para a promoção de um conjunto de actividades vocacionadas para estudantes mas também para a comunidade, das quais se destaca a Homenagem ao escritor Nijal Torga, em face do envolvimento que granjeou junto dos arganiteiros.

O Conselho Fiscal reitera, no entanto, que deverá existir um esforço no ajustamento das compensações familiares para valores coincidentes com o custo real do utente na valência de I.S.R., de acordo com anteriores indicações dadas, na este Dignão, facto que permitirá o repêso do quadro de pessoal mas áreas mais accionadas, dentro de uma lógica de racionalidade de recursos.

Analisados os documentos em apreço, o conselho Fiscal concluiu ser de dar parecer positivo aos mesmos, de facto, desde já, o esforço denotado na gestão da instituição e na preocupação para a preparação da mesma para uma nova realidade social, da qual se destacam as diligências encetadas numa série de projectos, como é o caso do Teatro Alves Coelho

Arganil, dezasseis de Novembro de dois mil e sete.

Lido e Parecer do conselho Fiscal, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Armando Dinis Corne, colocou a discussão e relatório de Actividades e contas



sem como o parecer do Conselho Fiscal, instituindo o primeiro secretário, Prof. Antero Carvalho, para que proceda ao inscricão dos irmãos que desejarem usar do Palácio.

Após as inscricões, nenhum dos irmãos presentes colocou qualquer questão, pelo que, o presidente da Mesa colocou a votação e Relatório de Actividades e contas, em amo o parecer do Conselho Fiscal.

encerrada a votação ambos os documentos foram aprovados por unanimidade, dando-se continuidade aos trabalhos.

O presidente da Mesa da Assembleia Geral anunciou para o ponto três da ordem de trabalhos "discussão e votação da proposta de constituição do direito de superfície do terreno Alves Coelho a favor da Câmara Municipal de Argentez, pelo prazo de cinquenta annos, com a responsabilidade desta proceder à realisação das obras necessárias à recuperação do terreno".

neste ponto foi dada a palavra ao presidente da Santa Casa, Prof. Jose Dias Coimbra, para proceder à apresentação da proposta, brevemente distribuída aos Irmãos.

No uso da palavra o presidente da instituição recordou que a proposta que está apresentada é o resultado de um trabalho emetido com a autarquia, envolvendo os representantes dos dois os órgãos da Misericórdia, para além da Mesa Administrativa.

Realçou ainda, que a proposta traduz uma vontade

de estabelecer consenso, tendo como ponto de fundo a recuperação do Teatro Alves Coelho em favor da comunidade, com respeito pela vontade dos docentes deste emblemático imóvel a Misericórdia de Arganil, pelo que, passou a ser a proposta para discussão e votação.

### = Proposta =

#### Teatro Alves Coelho

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil tem, ao longo dos anos, estabelecido um relacionamento institucional com a Câmara Municipal de Arganil que se caracteriza por ser uma presença activa.

Com efeito, essa presença tem sido expressa em diversas modalidades, das quais se destaca a cedência para uso comunitário de diversas estruturas e equipamentos, tendo como ponto de fundo o bem estar dos arganilenses.

Deste modo, e porque existem prioridades comuns, urge estabelecer uma linha de actuação partilhada nos campos cultural, social e desportivo, aprofundando o espírito de colaboração entre estas entidades.

Por outro lado, tem sido objectivo desta Mesa Administrativa a recuperação do Teatro Alves Coelho. Objectivo este inscrito nos vários Planos de Actividades aprovados pela Assembleia Geral e que consideraram o estabelecimento de parcerias como o caminho mais indicado para a



concretização deste desígnio (Plano de Actividades de dois mil e sete e dois mil e oito).

Faz-se ao efeito, a Mesa Administrativa apresentada junto da Assembleia Geral, proposta fendo em vista a celebração de um contrato percutare pública de constituição de direito de superfície do teatro Alves Coelho à Câmara Municipal de Anagnin.

#### ditas Gerais

A Santa Casa entende, de acordo com a sua natureza estatutária e com as suas responsabilidades na manutenção dos legados, designadamente para os fins com que os mesmos foram efectuados, o seguinte:

Ceder todo o edificio em que se encontra o teatro Alves Coelho, por um periodo de cinquenta annos, renovavel, fendo-se base as seguintes premissas e clauses que a Câmara deverá assumir em documento a redigir:

1) Mantex a vocação cultural do edificio, não desvirtuando o faso historico que esteve na génese da sua edificação;

2) Proceder à execução do projecto de recuperação global do teatro Alves Coelho, já aprovado pela Autarquia, e demais entidades com responsabilidades sobre a materia, com a resolução das alterações consideradas necessárias à funcionalidade do edificio;

num período compreendido entre dois mil e oito (2008) e dois mil e treze (2013) - IV Conselho Comunitário, com o recurso a candidatura a apresentar no âmbito do Conselho de Refinância Estratégica Nacional, considerando-se a Câmara Municipal como entidade executora e promotora

3) Disponibilização, gratuita, do teatro Alves Coelho à Santa Casa, pelo menos uma vez por ano, para a realização de um evento social;

A Mesa Administrativa está em coer, e após reuniões preparatórias com os Presidentes dos restantes Órgãos da Santa Casa (Mesa de Assembleia Geral e Conselho Fiscal) que, desta forma, estarão reunidas as condições para a recuperação e revitalização do Teatro Alves Coelho na sua plenitude.

Não é primar, nem é vocação desta instituição, proceder à oferta de uma agenda cultural de grande envergadura, cuja sustentabilidade é de considerável dificuldade, nem tão pouco estão reunidas as condições para que seja a Santa Casa, de modo isolado a promover a realização de obras de fundo na estrutura do edifício em causa.

Assim, solicita-se a esta Assembleia Geral a aprovação da presente proposta, designadamente das linhas orientadoras que a compõem.

Terminada a apresentação da proposta o Hon. Sr. Inf. José Dias Corimben, recorda que o custo das obras



consequentes ao projecto aprovado na Câmara Municipal são demasiado avultadas e que as rendas hoje recebidas pela instituição não lhe permitem sequer assegurar uma manutenção minima do edificio, pelo que, a aprovação da proposta apresentada à Santa Casa reunirão um imóvel sem que tal represente uma sobrecarga para a instituição no modo em que o documento apresentado fôr.

Faz a este esclarecimento adicional o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Sr. Armando Gomes, colocou à discussão a proposta enunciada.

Aberto o período destinado à discussão verificou-se a intervenção dos seguintes irmãos:

O irmão Carlos Rato questionou se a constituição do direito de superfície a favor da Câmara implicava alterações ao projecto, e se a Autarquia podia não executar o previsto no referido projecto.

Faz a' questão levantada o Sr. Prof. José Dias Coimbra responder que a proposta era clara sobre esta matéria e que defendia que o projecto já aprovado era para executar, com a inclusão das alterações documentes da fôrma e condições do edificio, no entanto, o irmão António Carvalho veio a fazer mais indicação para prestar esclarecimentos sobre o projecto do teatro.

No uso da palavra o irmão António Carvalho esclareceu que o projecto aprovado contempla a

recusação do Café e do restaurante que atualmente existe no edifício, tendo sido aspectos que dificultaram a aprovação do projecto mas que, após a publicação dos esclarecimentos e justificações às entidades competentes, a inclusão desses espaços foi aceite, pelo que, nada obsta à realização de obras nemas áreas, de acordo com o projecto aprovado.

O Irmão Joaquim Fernandes transmitiu a sua preocupação pelo facto do prédio em causa, cinquenta anos, poder ser demandado externamente, aspecto que poderia conduzir à alteração do fim para que foi erguido o teatro.

Referiu ainda, que nada garante que o edifício devesse ser utilizado para fins culturais e que nem a altura pouco ou nada poderia ser feita em contrário pela Assembleia.

Em resposta a esta questão o Sr. Presidente da Assembleia realçou que a proposta apresentada, idónea como ponto primeiro que a cedência do edifício à Câmara, nos termos da constituição do direito de superfície, é condição e cláusula para a efectivação do acordo, pelo que a Câmara, após realização e assinatura do documento legal, que deverá conter esta cláusula, não poderá alterar a vocação do Teatro Alves Coelho, nos termos deste regulamento na sua plenitude para a Santa Casa.

Em seguida o irmão Sr. Pedro Pereira Alves, solicitou o uso do palavra, referindo que se congratula pelo facto da Mesa Administrativa ter apresentado a proposta em





Pelo a cômua do edifício, considere-se pois um laigo na matéria pelo que, no devido, entendo não deve ser estabelecido acub com base naquilo profeta.

O Sr. Pedro Pereira Alves interveio, novamente, referindo que não existe qualquer confusão entre o direito de superfície e o direito de propriedade, sendo que no primeiro apenas, e por um período predeterminado e mediante certas condições, como é o caso, se pode a utilização de um espaço, neste caso um edifício, sem que tal cede em causa a legitimidade de propriedade que é sempre da instituição Santa Casa.

Considera contudo, que eventualmente, o Sr. Fernando Dias se prende com a cobrança do pagamento de rendas, quer do Café e quer do restaurante à instituição.

No entanto, entendo, enquanto cedeção, que não é legítimo a cômua fazer duas do concessão, lá sim, e sobretudo, assegurar o funcionamento do espaço e ainda entregar parte das receitas à Instituição Santa Casa.

No papel de Fundação entende que, por este lado, é aceitável a manutenção da entrega das rendas da Santa Casa, no entanto (que) recordo que o funcionamento e manutenção do edifício não é pago por estes, pelo que estes representam antes um encargo, uma vez que caso fossem aplicadas pelo instituição no edifício não eram suficientes, não sendo a vocação primordial da instituição proceder à oferta de uma oferta cultural e grande envergadura, apesar de poder desenvolver



ações de cunho cultural, como foi o caso das comemorações do centenário de Escrito Miguel Torga.

O Senhor Albino depois intervenção ficou depois que tem alguma dificuldade em entender a colação de um acordo com a Câmara, especialmente os aspetos afetivos e que apresenta alguns receios de que o Teatro deixe de ser o espaço de cultura que foi construído.

O Prof. José Dias Coimbra, Provedor da Associação, reiterou a importância da proposta e dos cláusulas que o compõem, pelo que, e até pela intervenção de um jurista, Dr. Pedro Pereira Alves, da área de Direito, foi possível a todos perceber a distinção entre o Direito de Superfície e o Direito de Reabilitação, recordando que a instituição tem defendido outros princípios, aprovados em Assembleia Geral, nomeadamente a realização das obras no Complexo Social, e os recursos são limitados.

Recordou ainda que a aproximação à Câmara e o desenvolvimento de negociações com a mesma de acordo dos planos de atividades previamente aprovadas (dois mil e sete e dois mil e oito) e que permitiriam um entendimento que possibilitasse a recuperação do tão emblemático imóvel.

O Senhor Dr. Pedro Pereira Alves, sugeriu para efeito de proposta na mesa e em discussão a inclusão da referência de que a Câmara deverá assegurar uma agenda cultural regular e no funcionamento do Teatro.

Também o Senhor Dr. António Pereira Alves, no uso da

Palavra, referiu que era fundamental a resolução da questão e que esta seria, certamente, a melhor opção, sendo a questão dos rendos algo de secundário, face à estimativa das custos da remodelação e manutenção. Não havendo mais nenhuma intervenção, o presidente do conselho geral, Dr. Armando Dias Casimiro, colocou a votação da proposta, com a inclusão do sugestão do irmão Pedro Leiria Alves, de a câmara assegurar a feitura de uma agenda cultural regular, salientando que o equipamento existente e obras de interesse artístico fossem promovidas no edifício da Santa Casa.

O presidente da mesa referiu ainda que a votação e eventual aprovação da proposta, com as referidas sugestões, em feita sob a forma de minuta, atendendo à urgência do situação.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada pelo conselho da mesa, com quatro votos contra.

O presidente do Conselho Geral, referiu ainda, após a aprovação da proposta, que estão reunidas as condições para a mesa administrativa dar continuidade ao processo com a câmara municipal, com vista à efectiva recuperação do imóvel do Teatro Alves Coelho.

Passando ao ponto quatro do Ordem de trabalhos "Análise e votação da proposta de aumento de capital da Santa Casa da Misericórdia na Alfândega, Lda", o presidente da mesa solicitou ao provedor da Instituição, Prof. José Dias Corimben, a apresentação da mesma.



## Proposta - Aumento de Capital

### Clifungus

A Clifungus é uma entidade na qual a Santa Casa da Misericórdia de Aveiro detém a totalidade das participações, sendo o único sócio desta estrutura.

No entanto, é uma vez que a mesma entidade foi adquirida anteriormente, através da compra das duas quotas que o Compunham, forma-se fundamental que a natureza comercial da mesma seja reafirmada, transformando-se numa sociedade com uma única quota, resultante da fusão das existentes. Por outro lado, é fundamental, em virtude das novas exigências comerciais na área de atuação da Clínica, que esta seja dotada de novos recursos. Para esse efeito, torna-se urgente agilizar a recuperação financeira dessa estrutura, de modo a ser fornecidos novos investimentos na melhoria das condições de funcionamento deste equipamento.

Assim, propõem-se à Assembleia Geral a autorização para a realização de um aumento de capital global no montante de cento e vinte e sete mil e quinhentos euros (127.500,00 €) assim como das diligências necessárias à aducação e regularização da estrutura e natureza da Clifungus.

Apresentada a proposta referente a Clifungus, o Sr. Presidente, no uso da palavra recorda que a Clínica, no âmbito desta proposta, para além do aumento de capital, revolve a situação da natureza

da sociedade, transformando-se numa sociedade anônima, algo previsto no código e no quadro legal existente sobre esta matéria, pelo que a Assembleia deveu aprovar esta proposta e outorgar a mesma as diligências necessárias decorrentes desta matéria.

Apresentada a proposta o presidente da Mesa da Assembleia Geral, colocou a discussão a mesma.

Não havendo qualquer intervenção sobre o assunto, colocou este ponto a votação, referindo que, em caso de aprovação, este ficaria em minuta.

Colocada o assunto a votação este foi aprovado por unanimidade, pelo que a aprovação ficou aprovada, desde logo, sob a forma de minuta.

encerrado o ponto quatro da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Sr. Armando Dinis Correia, abriu a discussão o ponto cinco da ordem de trabalhos.

Neste ponto o irmão Sr. Pedro Teixeira Alves, pediu a palavra. No uso desta, começou a sua intervenção por, em nome da família de Ramiro Jay Cantanhêira, apresentar os agradecimentos à Mesa Administrativa da Santa Casa, pela homenagem prestada, especialmente no local e na data em que esta se realizou.

Destacando, desde logo, a beleza do local e o seu simbolismo, realçando o paternalismo e o carinho com que a homenagem decorreu, e, como tal, apenas podia agradecer, nomeadamente na pessoa do provedor da Instituição, Prof. José Dinis Correia,



O enfermo evidenciado desde a primeira vez, no acolhimento do Ramiro Castanheira junto mas instalações da Santa Casa, nomeadamente no Hospital de Fernando Vals - Unidade de Atividades continuadas.

Destaca ainda, a forma como a equipa e respetiva supervisão dessa valência age, preservando a funcionalidade e dignidade, não só do seu familiar e em também do próprio familiar e

reflexão que o profissionalismo colocado em atuação da equipa era extensiva a todos os outros doentes aí acolhidos, foi disso teve nota e se apercebeu das diversas vezes que se dedicou à unidade.

Destaca ainda e também o facto como a restante estrutura se tem vindo a adaptar, com realce para a organização do

Trabalho, como é visível no Relatório de Atividades aprovadas na reunião presente na racionalização do curso existentes e na dinamização do projeto.

Terminada a sua intervenção, o senhor, Prof. José Dias Coimbra, agradeceu para referir que todo o trabalho desenvolvido, não (o) poderia ser concretizado sem a colaboração de todos, pelo que a Mesa Administrativa ficou que ficou contente pelo reconhecimento feito e que muitas vezes as pessoas não se apercebem das dificuldades existentes para manter em funcionamento uma estrutura tão vasta como é a Misericórdia, especialmente quando o Estado, enquanto entidade funcionária, se atrase na atribuição de alguns compromissos. Contudo, a Santa

Fem ultrapassado as dificuldades que seo surgindo e, de ma forma, possibilitado o apoio a inumeras actividades, mantendo sempre uma postura activa, participativa e interventiva nos assuntos em que e' chamada a participar e a pronunciar-se.

Naõ havendo mais intervenções, o presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Armando Luis Corne, leu pa enunciada as vinte e três horas e trinta minutos a reuniao, da qual foi lida e votada a presente acta, que reso' lida e votada, com excepção das partes ja' aprovadas nos o fco de minutos, após a respectiva assinatura pelo presidente da Mesa de Assembleia Geral e pelo primeiro secretario.

Armando Luis Corne

Profª Ana Paula Fernandes Teixeira